

# O CINISMO NA MERITOCRACIA: “TEMOS QUE ACREDITAR NO NOSSO POTENCIAL”

*CYNICISM ON MERITOCRACY: “WE MUST BELIEVE IN OUR POTENTIAL”*

Eber Fernandes de Almeida Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com base na Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux, este artigo analisa efeitos de sentido relacionados à meritocracia produzidos pelo discurso empresarial da/na mídia e visa compreender o processo de interpelação ideológica de natureza cínica. O *corpus* é constituído por uma entrevista dada por Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, no dia 11 de dezembro de 2018, a Danilo Gentili, apresentador do programa de televisão *The Noite*, transmitido pelo canal de televisão SBT.

Palavras-chave: análise de discurso; mídia; meritocracia.

**ABSTRACT:** Based on Michel Pêcheux’s discourse analysis, this paper aims to analyze meritocracy-related effects of meaning produced by business discourse of/in the media and to understand the process of ideological interpellation in the cynical functioning of discourse. The *corpus* is constituted by an interview given by Luciano Hang, Havan’s owner, on December 11<sup>th</sup>, 2018, to Danilo Gentili in the television program *The Noite* on the SBT TV channel.

Keywords: discourse analysis; media; meritocracy.

## 1. PERCORRENDO A QUESTÃO

Matéria que transpassa nossos processos sociais e que é (re)legitimada pelas figuras que lhe dão voz, a meritocracia, num discurso de cunho empresarial, distancia aqueles que podem e aqueles que não podem aderir a uma posição de poder, enlaçando

---

<sup>1</sup> Mestrando, UFF.

ambos através da supremacia do querer sem restrições. Em outras palavras, ela configura a justificativa ideal altamente disseminada de que a consciência e a vontade são os imperativos para se alcançar um lugar desejado de prestígio socioeconômico. Alardeia-se a subjetividade livre de coerções para dissimular as coerções típicas de nosso tempo, isto é, mais um dos modos de se justificar as relações materiais de existência dos sujeitos.

Deste modo, configuram-se as evidências elementares desse discurso: todos são equitativamente aptos por natureza à organização social (quando não há exceções, designadas por deficiências, falhas, fracassos), todos podem superar igualmente os obstáculos postos no convívio social e assumirem livremente a responsabilidade pelo próprio “gerenciamento” de sua vida, cuja má gestão pode levar à falência, ou, em termos materialistas, à insignificância para o modo de produção capitalista.

Com fundamento teórico-metodológico na Análise de Discurso de vertente francesa, tal como proposta por Michel Pêcheux (1938–1983), propomos, neste trabalho, questionar os efeitos de sentido produzidos e relacionados à meritocracia pelo discurso empresarial em nosso *corpus*, somando-se a isso o intuito de demonstrar que um discurso constituído por sujeitos que se pensam zerados de determinações históricas é precisamente um efeito dessas determinações — que o sujeito não é senhor na sua própria empresa.

Faz-se necessária, deste modo, uma breve exposição do dispositivo teórico em questão e, em seguida, a descrição do nosso *corpus*. Segundo Orlandi (2020, p. 17), a Análise de Discurso de Michel Pêcheux, doravante AD, se ajusta no entremeio conflituoso de três regiões do conhecimento: Psicanálise, Materialismo Histórico (Marxismo) e Linguística. Nesta articulação polêmica, o simbólico é interrogado pela contradição histórica que apaga, por uma prática material; assim, não se realiza sem produzir efeitos semânticos na constituição dos sujeitos — que são atravessados pela ideologia — e estes, uma vez que divididos pela presença do inconsciente, são

subordinados ao desejo do Outro. Em suma, categoria diferencial, o sujeito em/para a AD é dito antes que possa vir a dizer, isto é, ele é posicionado numa trama de relações materiais de sentido antes que possa, por alternativas concretas de escolha, exercer certa liberdade.

Assim, é preciso pensar o comparecimento do histórico — nem cronologia ou evolução, mas historicidade, jogo do simbólico (sujeito a abertura, deslize) — e do social na linguagem, considerando as relações de força envolvidas no processo discursivo, em que a imagem que os sujeitos fazem de si e do outro, pelas eventuais posições ideológicas que ocupam, determinam seus lugares na enunciação. Só é possível pensar no discurso como prática constitutivamente social realizada na e pela história — ou seja, em relação a suas condições de produção, que devem ser compreendidas no elo material — de duas instâncias: imediatamente, pela instância enunciativa, e amplamente, pelo processo histórico, a instância ideológica. A AD visa a “compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2000, p. 26). Isso constitui a asserção de que o discurso comparece como um funcionamento na estrutura político-ideológica de uma formação social.

Consoante Michel Pêcheux (1997 [1969]), deve-se colocar em pauta três fatores que funcionam nas condições de produção de um discurso: as relações de força, nas quais o lugar do sujeito constitui o que se diz e para quem se diz; as relações de sentido, nas quais um discurso remete sempre a outros anteriormente formulados, já constituídos e postos em circulação, imaginados ou possíveis; e o mecanismo da antecipação, que permite que qualquer sujeito possa imaginariamente projetar-se no lugar do seu interlocutor enquanto “ouvinte”. Assim, um patrão, por exemplo, fala de uma posição distinta em relação àquela ocupada pelo trabalhador, na qual o que o primeiro fala sobrepõe-se àquilo que o segundo poderia vir a dizer numa relação de poder deste tipo. Seu discurso se sustenta constitutivamente por outros que o

identificam de um modo e não de outro, em relação de correspondência, ao lugar de patrão, e oposição, ao lugar de funcionário. Nestes termos, a posição que o patrão ocupa no discurso faz com que seu dizer tenha um valor dominante sobre o (dizer do) outro, fruto do mecanismo de antecipação presidido pelo imaginário por ela mobilizado, com vista aos efeitos que imagina produzir sobre o seu interlocutor.

Os fatores apontados por Pêcheux não são um *a priori*, mas mecanismos identificáveis e constituídos na/pela realização material do discurso sobre a base material linguística, sujeita à historicidade. Para esboçar esse quadro, Pêcheux (1997) descarta os esquemas comportamentalistas que neutralizam os protagonistas do discurso e parte do esquema comunicacional da linguagem proposto por Roman Jakobson — que, embora essencialmente psicologizante, é capaz de situar os protagonistas e o objeto do discurso — para apresentar o conceito de formações imaginárias, numa perspectiva materialista sobre esse modelo idealista.

Assim, não são os indivíduos físicos ou o lugar ocupado por eles na sociedade, cujas características de classe podem ser descritas pela sociologia, diz Pêcheux (1997), que funcionam no discurso. Tampouco uma informação (denotação) orientada a um “referente”, tal como aparece, é plenamente transmitida por um ser pensante e ciente do “código” a outro igualmente ciente — isso é o que se designará por “ilusão referencial”. O que funciona no discurso são as projeções imaginárias dos lugares sociais dos sujeitos empíricos no discurso, suas posições. Ressalta Orlandi (2020, p. 38): “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva)”. Não são, portanto, posições localizadas e isoladas numa realidade estritamente empírica, mas, sujeitas ao real, posições em relação a um todo complexo contraditório, ou seja, em movimento.

As formações imaginárias, desse modo, constituem as imagens que sujeito locutor e sujeito interlocutor atribuem a si e ao outro, do lugar do outro no discurso em diferentes condições de produção: “quem sou eu para que lhe fale assim?”, “quem

é ele para que lhe fale assim” e, em relação ao objeto discursivo, “de que estou lhe falando, do que ele me fala?”, são questões formuladas por Pêcheux (1997) para explicar esse funcionamento. Segundo Orlandi (2020, p. 38), ao levar em conta o mecanismo de antecipação, o jogo das projeções se complexifica: “a imagem que o interlocutor faz da imagem do objeto do discurso para o locutor” e, assim continuamente. Por exemplo, é através do mecanismo imaginário que se pode esperar que um professor, um juiz ou um político diga “x” e não “y” sobre algum objeto, fenômeno ou acontecimento, ou seja, que signifiquem de um jeito e não de outro — e sempre visando os efeitos que deseja produzir sobre/para o outro.

Pêcheux (2014 [1975], p. 132) recorre à forma como Louis Althusser pensa a ideologia para explicar o seu funcionamento no discurso. Este teoriza que numa determinada formação social concorrem formações ideológicas — posicionamentos em relações de convergência, divergência e dominação — referidas à luta de classes. Constituídas por práticas, elas trabalham em conformidade com as relações de produção na sociedade e as justificam histórico-politicamente, isto é, possuem existência material, e essa se situa no que Althusser denominou Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE): por exemplo, a mídia.

Noção fundamental em AD e efeito ideológico elementar, o discurso existe para e por sujeitos. Conforme Orlandi (2020, p. 45), “esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia”. Esta tem na língua seu elo material com o inconsciente.

A ideologia funciona como modo de representação da relação dos sujeitos com suas condições reais de existência, relações necessárias com o meio social, presididas pelo imaginário. Ela convoca os indivíduos a tornarem-se sujeitos; suas práticas os identificam a formações ideológicas por meio do seu assujeitamento pela língua; e esse é um processo não transparente ao sujeito, de modo que ele crê ser a origem do que

pensa e diz. Isso configura “o teatro da consciência”, em cujos bastidores é possível ver a ação da ideologia, “lá onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 2014, p. 140, itálicos do autor). O sujeito constitutivamente se esquece e disto resultam as evidências subjetivas (“eu sou eu”) e semânticas (“o sentido literal”) — que produz o efeito de que “só poderia ser assim”.

O sujeito se prende a seu discurso pelo esquecimento do interdiscurso, de seu exterior e de todo complexo dominante das formações discursivas, sendo uma formação discursiva (FD) aquilo que “numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, itálicos do autor). Assim, uma FD, de seu interior, se dissimula no/do confronto com outras das quais depende paradoxalmente para se “fechar”, produzindo, dessa maneira, as evidências mencionadas. Por exemplo, uma FD marxista produz o sentido de “x” diferentemente de uma FD neoliberal; diz, pois, “x” para não dizer “y”. Em suma, a proposição “o homem é livre” desliza de sentido, significa diferentemente se derivada de uma e não de outra dessas duas FD — no entanto, vale ressaltar, as FD não configuram blocos homogêneos prontos.

Tomada em sua opacidade, a língua está sujeita ao deslizamento metafórico: um significante — seja uma proposição, expressão ou palavra — surtirá efeitos distintos, da mesma maneira que significantes distintos produzirão efeitos semelhantes, pelas condições reais em que se materializam. Isso configura a contradição e o movimento de tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos.

Nosso *corpus* tem como base uma entrevista concedida por Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, a Danilo Gentili, apresentador do programa *The Noite*, transmitido pelo canal de televisão SBT, em 11 de dezembro de 2018. A entrevista ocorreu após o período eleitoral do mesmo ano, que levou, no 2º turno, Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao PSL, ao posto de Presidente do Brasil. Como participante

ativo das campanhas eleitorais a favor de Bolsonaro, Hang expôs seu envolvimento com o atual presidente e respondeu a questões envolvendo polêmicas em sua atividade militante e seu relacionamento com o cenário político daquela conjuntura.

Durante um período que cobre, aproximadamente, os 4 anos anteriores às eleições de 2018, o empresário travou contato com outros apresentadores ligados ao SBT: Celso Portioli, Ratinho, Raul Gil, Silvio Santos, dentre outros, como Danilo Gentili. A contribuição de Hang para a campanha de Bolsonaro atravessou sua presença na emissora: o empresário coagiu o corpo de funcionários da Havan para fazer campanha ao candidato apoiado. Tal coerção ficou conhecida pela disseminação de vídeos na mídia e o levou a ser processado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) naquele mesmo ano<sup>2</sup>. Além disso, houve um suposto envolvimento por parte do empresário com disparos de informações previamente elaboradas com intento político — *fake news* — e financiadas naquela época por um grupo de empresários apoiadores do presidente. Na entrevista, Hang também comenta seu relacionamento com os funcionários de sua empresa.

Assim, como veremos na seção seguinte, nosso gesto de análise se realiza num batimento entre interpretação e descrição, num “processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (ORLANDI, 2020, p. 61). As perguntas que, conseqüentemente, colocamos para organizar as sequências discursivas passíveis de análise são: como, especificamente, os dizeres na entrevista põem em circulação sentidos do discurso da meritocracia na mídia? Como o trabalho e o/a trabalhador(a) são significados? Que relações de sentido são produzidas entre os interlocutores?

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546022364\\_646763.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546022364_646763.html).

## 2. EFEITOS DE UM DISCURSO DA COMPETIÇÃO

Nesta seção mobilizaremos alguns autores para a caracterização do discurso da meritocracia para, em seguida, observar efeitos desse discurso produzidos no material analisado. É, pois, fundamental passar a um exame das condições históricas em que se constitui a memória discursiva, que permite que o sujeito diga o que diz.

Quando o modelo fordista de produção vigora como paradigma da aparente sociabilidade do trabalho a partir da década de 1930, os interesses da “Organização”, que tem controle do início ao fim da cadeia de produção instituem a divisão hierárquica (e, portanto, desigual) entre aqueles autorizados a comandar e aqueles que devem submeter-se aos comandos. Nas palavras da filósofa Marilena Chauí, “os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes” (CHAUÍ, 2008, p. 105), respectivamente.

Conforme Chauí (2008), a ideologia da competência é determinada pelo surgimento das organizações, e opera a dominação social pelo excesso de poder e prestígio conferido às “ideias consideradas científicas e tecnológicas” devidas a sua eficácia administrativa, ou seja, pelo interesse da Organização. Sendo o competente aquele que detém uma posição de poder e prestígio na hierarquia organizacional, ele é quem diz quais são essas ideias, isto é, o simulacro dos interesses da Organização. Esta é quem sustenta o “discurso competente”:

Esse discurso opera com duas práticas contraditórias. Numa delas, enquanto discurso da própria Organização, afirma que esta é racional e é o agente social, político e histórico, de sorte que os homens enquanto tais e as classes sociais enquanto tais são destituídos e despojados da condição de sujeitos sociais, políticos e históricos (CHAUÍ, 2008, p. 106).

Neste primeiro mo(vi)mento de constituição das relações de trabalho, há uma submissão completa à racionalidade administrativa da Organização, e, para essa, “só existe racionalidade nas leis do mercado” (CHAUÍ, 2008, p. 107). Depois de neutralizado, o indivíduo empiricamente perceptível precisa reaparecer numa forma de individualidade genérica, ou seja, a Organização precisa desfazer parcial e contraditoriamente a primeira operação: promover, num segundo mo(vi)mento, a liberdade individual, o sujeito livre e autônomo, sem a afirmação da existência da sociedade dividida em classes e em confronto. A segunda operação é denominada “competência privatizada”. O discurso engendrado por ela é aquele que através dos especialistas nos ensina, enquanto indivíduos indiferenciados (e não enquanto sujeitos sócio-históricos), a nos relacionarmos com a realidade e com o outro.

Assim, na formação social contemporânea não faltam exemplos de organizações — e o complexo das organizações é que se discursiviza “O mercado” — que sustentam discursos competentes. Aprendemos a estudar, a nos alimentar, a gerenciar etc., segundo um discurso de tipo pedagógico que investe sobre aquele que não sabe um saber possuído por uma autoridade.

Para o discurso competente, é necessário mobilizar duas modalidades fundamentais do processo de subjetivação: a do dever e a do querer. Em outras palavras, o sujeito deve se submeter às leis da ideologia que preside esse discurso e reconhecer-se livre para não o fazer. Livre, porém, para ser ou um vencedor ou um perdedor (humilhado), o sujeito é levado a buscar a realização de sua vida por meio da competição. Do olhar autoritário do neoliberalismo, ressaltamos, o mais eficaz é afirmar a competitividade e a rivalidade em detrimento da solidariedade.

Segundo Pêcheux (2014, p. 145), “[s]ob a *evidência* da identidade, da autonomia e da liberdade, o processo da interpelação produz, através das “relações sociais jurídico-ideológicas”, o sujeito do capitalismo na forma do sujeito de direito, que se

subordina à ideologia por um processo ensombrado pela crença na onipotência de sua vontade; um efeito, pois, de nosso arranjo sócio-histórico.

Conforme Orlandi (2017), no capitalismo, a ideologia (re)produz “formas de onipotência” em formas verbais de marca pessoal ou coletiva que podem, respectivamente, ser representadas por enunciados como “se eu quiser, eu posso tudo” e “juntos podemos tudo”. São características que mobilizam sujeitos na sua transparência e suposta unidade, isolada de vínculos sociais:

Lugar do entendimento da necessidade da política, essas ilusões trazem em comum uma relação com a *autoridade do saber* e o *saber da autoridade*. Esquecendo o real e o atravessamento do poder (a força) e o atravessamento do sentido (a ideologia, o equívoco), sugerem que quando se quer se pode tudo fazer (ORLANDI, 2017, p. 213, grifo nosso).

O saber, pois, é elevado, no imaginário, à qualidade de capacidade nata de um sujeito que se tornou autônomo por si, por “mérito próprio”. Entretanto, como dito por Orlandi (2017), ele condiciona uma relação entre posições caracterizadas pela dialética dominação-contradição: há aquele que sabe (determinado pela posição de autoridade) e o outro, que não sabe. O primeiro comparece nos Aparelhos Ideológicos de Estado para legitimar-se e ser legitimado por ele, enquanto o outro não passa de objeto de seu discurso.

No período de 1960–1970, o toyotismo surge determinando uma produção gerada sob demanda. Seu lema “*Just-in-time*” atravessa um sistema de qualidade que percorre todas as etapas da produção e é carregado por um corpo de trabalhadores sobre os quais se exige qualificação de mão de obra multifuncional. Esse período marca a ofensiva do neoliberalismo emergente que pretere as medidas de um Estado de bem-estar, responsabilizando os sujeitos por suas próprias condições de trabalho e vida — o que se associa ao discurso da meritocracia em nossos tempos. Em outras palavras, no fordismo uma qualificação lhe garantia o estatuto de competente, enquanto no

toyotismo o sujeito é responsável por uma qualificação que o mantenha no próprio cargo.

Passemos ao exame de algumas sequências discursivas (SD) a fim de observar efeitos dessas determinações no discurso entre entrevistado e apresentador. Ao som de “We Are the Champions”, da banda britânica de rock Queen, e com apresentação de Danilo Gentili — “é um dos empresários mais bem sucedidos da atualidade” —, o dono da Havan sobe ao palco vestindo a indumentária de trabalho de sua empresa. No uniforme, o enunciado “o Brasil que queremos só depende de nós” é atravessado pelas cores verde e amarelo da bandeira brasileira e pelo logo da Havan. Os interlocutores expõem a existência de um relacionamento prévio ao programa e o envolvimento do empresário com outros apresentadores do SBT que, assim como Gentili, visitaram sua casa, como Ratinho e Portioli, por exemplo. Em seguida, o entrevistado é perguntado sobre seu empreendimento, que é “um império”, a Havan. Vejamos a sequência discursiva abaixo:

SD1: “Olha, eu costumo dizer que, hoje, pelo tamanho que ela tem, eu me sinto do jeito que comecei. Não importa se você tem uma loja, cem lojas, duzentas lojas. Você, na essência, não tem que mudar nada. Nada, nada, nada. [...] cento e vinte [lojas], dezesseis mil colaboradores.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Na transparência da subjetividade, o sujeito crê numa essência própria, zerada de história. Em outras palavras, a forma como as filiais se espalham, trabalhadores agregados à massa de “colaboradores”<sup>3</sup> e o fato de que quem ali está autorizado a dizer não se deve à “essência” que possui, mas pelo patrocínio que confere ao canal de televisão e envolvimento na política de 2018, são da ordem do não dito.

---

<sup>3</sup> A partir de 1990, o emprego do termo “colaborador” no discurso empresarial passa a valer, numa tentativa de revalidar linguisticamente as relações de trabalho, como sinônimo de empregado ou funcionário, produzindo efeitos de uma relação mais participativa entre os postos hierarquicamente arranjados nos limites de uma empresa. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/colaborador/>.

SD2: “[...] que todo mundo acha que tirar dinheiro é ruim. Não é. Não, não é. Você precisa fazer alguma coisa. Não tem dinheiro, tem que pegar dinheiro de banco, não é? Eu comecei o meu negócio do zero.” (THE NOITE, 2018, s/p).

No momento de surgimento da sequência acima, o empresário relata a existência de três pontos de sua preferência para retirar dinheiro de banco, quando necessário. Através dela, ele se inscreve numa formação discursiva capitalista que o domina, ao reproduzir efeitos de sentido que naturalizam o endividamento, seja para iniciar um negócio ou não. Valida seu ponto na construção da imagem de *self-made man*, tendo iniciado seu negócio “do zero” — o que põe em dia o mito do herói que por mérito alcançou a posição que ocupa.

Quando questionado por Gentilli sobre a polêmica — do tempo em que a figura de Hang era uma incógnita na mídia — envolvendo o boato de a Havan pertencer a “Dilma” ou ao “Lula”, aos “chineses” ou aos “americanos”, o empresário assim responde:

SD3: “[...] é porque as pessoas às vezes não acreditam na possibilidade de alguém fazer algo, né? E aí colocam que os outros fazem para tirar aquilo que você fez.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Marca-se nesse dizer o gesto de se prender à imagem do mérito, de tomar a responsabilidade por aquilo que se constituiu como sua propriedade. E, ao narrar a solução da polêmica, diz:

SD4: “Daí, apareceu que a Havan é minha, é sua, é da família, é do Brasil.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Quanto ao modo de funcionamento do verbo de ligação (ser), a SD4 produz efeitos peculiares: a Havan “é minha”, “é da família”, “é do Brasil”, criando uma imagem no fio do discurso do empresário em que “o que é meu é seu”. “É” minha/nossa: aquilo

que “comecei do zero” se marca como algo de posse coletiva. “É” desliza do vínculo de propriedade para o vínculo de consumo (com seus produtos patriotas<sup>4</sup>, vale dizer), e desse para o vínculo com aqueles que produzem, ideologicamente, a construção referencial da realidade com um discurso patriota/nacionalista, materializado na sequência a seguir:

SD5: “Qualquer brasileiro... não importa aonde [sic] nasceu, aonde [sic] estudou, aonde [sic] morou, se é rico ou pobre, pode sim fazer alguma coisa pelo Brasil, que pode marcar o país, né? E a Havan está marcando o país todo.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Na SD5, reaparecem efeitos de sentido do discurso da meritocracia. “Qualquer brasileiro” retoma a memória que constrói, via interdiscurso, a certeza ideológica de que “qualquer um” pode, e a formação imaginária de para quem se fala: os brasileiros que assistem ao programa do SBT. Não importam as condicionantes, seja o *status* econômico ou o lugar social, o sujeito livre e autônomo reaparece para reforçar a onipotência daquele que crê alcançar o que se quer pela força do querer. A Havan aparece como a referência-lugar que atesta que o discurso empresarial, no caso, é prova de que a meritocracia é o domínio do possível.

SD6: “Onde a gente se mete, qualquer um de nós, nós temos que acreditar no nosso potencial. Cada pessoa nasce com 419 talentos.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Não foi possível rastrear a razão da arbitrariedade da marca do número “419” na SD6. No entanto, ao universalizar a evidência de que todos portam inatamente uma capacidade extraordinária, Hang revalida a imagem de um sujeito onipotente, que só não faz o que quer se de fato não o quiser: “temos que acreditar no nosso potencial”.

---

<sup>4</sup> Sobre esta colocação, a Havan lançou produtos que carregam as cores verde-amarelo, de brinquedos a máscaras de proteção respiratória, que interpelam pelo discurso patriota/nacionalista consumidores que se identifiquem com o engajamento político de Hang.

SD7: “E tem aquela máxima, né? Do nosso presidente. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Na SD7, o sujeito empresário se filia mais diretamente à imagem do candidato apoiado por ele. “Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará” emerge do interdiscurso por dupla determinação: advém do texto bíblico João 8:32 e da memória discursiva presa ao arranjo conjuntural do momento, uma vez que foi pronunciada regularmente por Jair Messias Bolsonaro. Em suma, o enunciado vincula o sujeito a um discurso religioso e outro, político.

SD8: “O mundo não deve nada para as pessoas normais. São os anormais que mudam o mundo, é verdade. Se você for certinho, fazer [sic] tudo certinho, você vai ser igual a todo mundo e vai ficar sempre na cola de todo mundo.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Se por um mo(vi)mento é preciso autorizar a imagem de sujeitos indiferenciados, por outro, é necessário validar a busca por diferenciação: há divisão entre a reafirmação dos diferentes que colaboram com os interesses do mercado e a rejeição daqueles que incorporam formas de alteridade que indispõem esses interesses. Ser “fora da curva” designa o gesto de inovar, palavra de ordem no discurso capitalista — e a inovação é a marca para que o sistema de produção capitalista se reproduza, se mova. Na SD8, surtem efeitos de sentido em que é legítimo romper alguma norma (tradição? Moda? Lugar comum? Lei?) socialmente compartilhada para se distinguir dos demais.

SD9: “O Brasil que queremos só depende de nós.” (THE NOITE, 2018, s/p).

Na SD9, enunciado materializado, a seguir, na camisa que é uniforme da Havan, “O Brasil” aparece como uma unidade disputada por uma terceira pessoa opaca — pois

a materialidade linguística é sujeita a furos — que se deixa entrever somente num gesto de análise das condições de produção.



FIGURA 1 — LUCIANO HANG E O UNIFORME DA HAVAN (THE NOITE, 2018)

Na forma coletiva do enunciado que marca a onipotência ilusória do sujeito do/no capitalismo, a forma pronominal oculta (nós) em “queremos” desliza entre: nós, a) aqueles que portam o traço de brasilidade? B) aqueles que são patriotas? C) aqueles que apoiam o mesmo candidato que Hang, Bolsonaro? D) aqueles que trabalham para a Havan, seus “colaboradores”? Em suma, efeitos produzidos sobre aqueles que assistem ao programa de Gentili.

### 3. EFEITOS DE UM DISCURSO QUE DESMENTE

Interessa-nos igualmente, no presente trabalho, compreender o modo de subjetivação ideológica contemporâneo ao capitalismo “pós-industrial”. Mais precisamente: “do cinismo enquanto forma de estruturação social e subjetiva na contemporaneidade [...] uma relação, de certo modo harmônica, entre dizeres em que ninguém acredita e a onipotência do capital” (BALDINI, 2012, p. 108).

Conforme Peter Sloterdijk (2012),

vindos bem debaixo, da inteligência urbana desclassificada, e bem de cima, do topo da consciência política, *sinais* testemunham uma ironização radical da ética e da convenção social, como se, por assim dizer, demonstrassem que as leis comuns existem somente para os tolos e penetram o pensamento sério, enquanto

nos lábios dos que sabem das coisas desponta aquele *riso fatal e prudente* (SLOTERDIJK, 2012, p. 32, grifo nosso).

Esses sinais, presentes desde as camadas mais populares até as esferas do poder, que se evidenciam regularmente no discurso de “empresários inescrupulosos”, fazem irromper aquele “riso fatal e prudente”. É necessário, pois, considerar brevemente o processo que o constituiu em oposição ao *Kynisme* grego, uma “razão cínica”: a desilusão de uma crença sem com isso rejeitá-la, ou seja, encontrar razões para manter uma ilusão na desilusão — “no sentido de uma impostura”, representável pelo enunciado “sei bem, mas...” (BALDINI, 2012, p. 107).

Trata-se, pois, de saber da ilusão que o amarra, mas mesmo assim realizar práticas nela, e isso na passagem de uma “sociedade de produção, cujo fundamento é a repressão, para uma sociedade de consumo, cujo paradigma é o do imperativo do gozo” (BALDINI, 2012, p. 108). Em outras palavras, a relação entre dizeres em que ninguém acredita e a onipotência do capital marca o lugar de um modo de subjetivação e estruturação do laço social distintos.

Assim, consoante Lauro Baldini (2012, p. 111), pensamos que o cinismo é um funcionamento discursivo onde a filiação de um sujeito a um discurso decorre de um distanciamento, certa “aproximação irônica, um engajamento de outra natureza”. Ainda,

[a]lém dos *bons e maus sujeitos*, e ainda dos que *se desidentificam*, teríamos a forma cínica de pertencimento de um sujeito à formação discursiva: um certo modo de relação com o saber, em que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma *tomada de posição desengajada*, ou de uma subjetivação assumida apenas para ser parodiada” (BALDINI, 2012, p. 111, grifo nosso).

É, portanto, uma forma distinta de o sujeito se inscrever numa formação discursiva, regulada pela forma-sujeito, determinando “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). O cinismo seria um modo de “*identificação forjada*, uma

*forjadura*” (VINHAS, 2019, p. 38), na medida em que o sujeito se filia apenas para desfiliar-se, indicando que, entre a paráfrase e a polissemia, há a paródia na constituição dos sujeitos — há paródia para e por sujeitos.

Tomando o gesto de análise da seção precedente podemos apontar que a retomada de um discurso da meritocracia indicia um desmentido constitutivo — ou seja, uma paródia. Reconhece-se a presença de uma lei, mas finge-se não saber. Em outras palavras, na solidariedade da competição, sustenta-se que “qualquer um” pode, mas nem todos podem. Sabe-se que é preciso existir a discrepância entre a posição de poder-autoridade do competente para gerir, mas finge-se que essa ilusão — já desfeita — é válida por alguma razão, o sujeito a encontra. No capitalismo contemporâneo há, assim, uma injunção a forjar a imagem de que a competição não é desigual, sabendo-se que é.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a entrevista trabalha, pelo mecanismo das formações imaginárias, a trajetória do *self-made man* que, longe de escapar às determinações sócio-históricas de seu tempo, depende de seu discurso para se legitimar ante o arranjo conjuntural vigente. A meritocracia hoje aparece sustentada pelo discurso empresarial, capitalista e neoliberal. Ainda, vimos que um discurso pode ser assumido paradoxalmente na forma irônica em que um dizer se desmente, pois a formação discursiva em que se inscreve o sujeito pode, paradoxalmente, retomá-lo e contradizê-lo simultaneamente.

Entre aqueles que sabem e os que não sabem, há a interpelação para aderir aos termos que são colocados para o sujeito que, antes de qualquer cogitação, se vê preso nas relações exteriores que o constituem. Por isso, na AD de Michel Pêcheux, não há o extra-verbal: a linguagem permeia a exterioridade que a atravessa (nos furos, nos equívocos, nas falhas). Em suma, a linguagem dissimula para os sujeitos as

contradições em que vivem, na figura da certeza do sentido. E o “óbvio” é que qualquer um pode, quando quiser, dizer o que se quer — por seu mérito.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pesquisadores do grupo de pesquisa MiDi — Mídia e(m) Discurso, e do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS).

## REFERÊNCIAS

BALDINI, Lauro José Siqueira. Discurso e cinismo. In MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (org.). *Discurso e...*. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2012, p. 103-112.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. In \_\_\_\_\_. *O que é ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 102-118.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13ª ed. São Paulo: Pontes, 2020.

\_\_\_\_\_. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In ORLANDI, Eni. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 213-234.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. Trad. Marco Casanova; Paulo Soethe; Pedro Costa Rego; Maurício Mendonça Cardozo; Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

THE NOITE COM LUCIANO HANG. Entrevista com Luciano Hang | The Noite (11/12/18). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MM7e71RbcHE&t=1194>. Acesso em: 3 out. 2020.

VINHAS, Luciana I. O processo de interpelação ideológica e cinismo na pesquisa em Análise do Discurso. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, Paraíba, v. 8, n. 2, p. 29-40, 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1351/901>.

Recebido em: 05/08/2021

Aceito em: 09/10/2021